

Miglioli, Jorge. Introdução ao planejamento econômico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982

José Roberto Silva de Souza
zerobertouefs@gmail.com
Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana. Bahia. Brasil.

José Raimundo Oliveira Lima
zeraimundo@uefs.br
Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana. Bahia. Brasil.

Jorge Miglioli é Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da UNESP e do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Além do livro supramencionado, publicou, dentre outros, Técnica Quantitativa de Planejamento, Acumulação de Capital e Demanda Definitiva e Como são feitas as greves no Brasil. Participou, juntamente com os professores Luiz Gonzaga Belluzzo e Sérgio Silva, da organização do livro O Funcionamento da Economia Capitalista: Uma introdução ao estudo da Economia.

Esta resenha se justifica pela relevância da obra, cuja edição está esgotada. Introdução ao Planejamento Econômico integra o conjunto das significativas contribuições teóricas de Jorge Miglioli ao tema do planejamento econômico, e expressa o alinhamento coerente das diferentes publicações do autor. As reflexões e proposições deste texto são o resultado das inquietações promovidas em nosso grupo de discussões acadêmicas a partir da leitura do título em questão.

Trata-se de uma obra muito importante para entendermos, para além do conceito, a aplicação do planejamento econômico em sociedades caracterizadas como socialistas assim como em sociedades caracterizadas como capitalistas. O livro encontra-se dividido em cinco capítulos mais a introdução, onde Miglioli se ocupa de estabelecer uma relação entre duas décadas de nossa recente história – 1960 e 1970 – a partir da descrição e análise de como o planejamento econômico foi utilizado nos dois períodos. Ademais, o autor chama a atenção para as formas como as diversas correntes do pensamento econômico refletiram sobre a questão.

Três questões fundamentais são apresentadas na introdução, e são elas que nortearão o restante do texto, que se desdobra de modo a respondê-las. São elas: Estará moribundo o planejamento? Nos países capitalistas, avançados e atrasados, será inútil o planejamento? Não terá o planejamento contribuído para impedir que a crise fosse mais profunda do que tem sido?

No primeiro capítulo, “Problemas Gerais do Planejamento”, Miglioli conceitua o termo “modo de orientação econômica” estabelecendo seu significado tanto para a política econômica como para os planos e programas econômicos. Segundo o autor, a diferença entre política econômica e planos e programas econômicos está nos modos mais específicos de orientar o funcionamento da economia. Lançando luz sobre essa discussão, o autor pontua que os intelectuais soviéticos consideram plano como forma

de orientação própria da economia socialista, e o programa como uma orientação adotada por economias capitalistas.

Citando Czeslaw Bobrowski, Miglioli afirma que, para o economista ucraniano, a distinção aparece quando o programa apresenta suas metas e os meios de implantação devidamente quantificados, ou seja, quando passa a ser, a partir disso, um plano. Em contraposição, apresenta os termos utilizados pelo Banco Mundial, que compreende que o plano se aplica na economia como um todo, enquanto o programa é o que orienta os setores da economia. Para o Banco Mundial, o projeto está ligado à orientação de um empreendimento específico dentro de um setor qualquer. Miglioli apresenta a previsão econômica não como um modo de orientação da economia, mas como uma forma de antecipar seu comportamento futuro, sendo utilizada no planejamento para identificar as tendências da economia e seus possíveis problemas.

Conforme aponta o autor, com o passar dos anos ampliou-se a concepção do que é planejamento, sendo este possível e também útil para diferentes sistemas econômicos, demonstrando em sua aplicação prática que pode coexistir de forma benéfica com mecanismos de mercado. Atualmente, o planejamento é considerado um conjunto de procedimentos adotáveis em qualquer economia. Ao falar sobre as características do planejamento, Miglioli chama a atenção para a existência do sujeito que dá ao planejamento um caráter político: o Estado. Ora, numa sociedade dividida em classes, o Estado expressa os interesses da classe dominante, e o planejamento gerido por ele certamente será movido pela parcialidade, atendendo mais aos interesses de uma classe mais poderosa do que aos interesses da classe subordinada.

Segundo o autor, o processo de planejamento pode ser dividido em fases, sendo elas: levantamento de dados, análise da economia a planejar, elaboração do plano e implantação do plano. O plano é composto por três elementos que são inseridos em cada uma das fases, sendo eles: proposição dos objetivos a serem atingidos, formulação do modelo do plano e formulação das medidas de implantação do plano. Esse último elemento está situado na fase de elaboração e implantação do plano.

O plano, para ser economicamente correto, de acordo com Miglioli, deve contemplar três formas de coerências: a coerência interna, a coerência externa e a coerência política. A primeira coerência é a que alinha os objetivos, o modelo e as medidas de implantação; a segunda adequa o plano como um todo à economia para a qual é elaborado; a última é adequação do plano por inteiro e a possibilidade política de sua implantação.

Para Miglioli, o planejamento segue dois critérios que o classificam como de tipo socialista ou capitalista; há também uma proposta de uma tipologia geral que, no entanto, não é consenso, pois, de acordo com o estudioso, não existe um único critério uniformemente aceito. Buscando demonstrar a diversidade significativa dos planos, o autor os classifica como: objetivos do plano; área abrangida pelo plano; extensão do plano; período compreendido pelo plano e formas de implantação do plano.

Segundo o autor, a prática de planejamento de forma sistemática tem início na União Soviética na década 1920, e só depois da Segunda Guerra Mundial foi estendido a outros países. Os defensores do planejamento nesse período tendiam a dizer que o planejamento se tratava de uma concepção marxista, interpretação não corroborada por Miglioli.

As principais características do planejamento soviético são, de acordo com Miglioli, o voluntarismo, o centralismo, estrutura hierárquica, complexidade, rigidez e autoritarismo. Por outro lado, as economias capitalistas, diferente das socialistas, sempre encararam o planejamento como ruim: por se tratar de uma intervenção estatal, o compreendem como uma ameaça a seus interesses, pois o planejamento não deixa de ser um modo de interferência na economia.

Em seu texto, Miglioli faz um resgate histórico apontando que as principais experiências de intervenção estatal através do planejamento ocorreram entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Algumas circunstâncias eram favoráveis à implantação do planejamento na França, dentre elas o órgão superior do governo que se encontrava nas mãos dos partidos de esquerda, e o fato de as forças que eram contrárias à planificação estarem enfraquecidas. Para o autor, o plano francês tem duas vantagens: uma de caráter geral, pois a elaboração do plano passa por vários órgãos públicos, e outra que trata da importância do processo de implantação do plano no setor privado da economia: os empresários participam da elaboração.

Para Miglioli, há conflitos de interesses entre as diversas classes e camadas sociais em debates dentro e fora dos órgãos planejamento. Como exemplo, ele analisa a situação de diversos países da Europa e do Japão que aplicaram o planejamento com as características apontadas, reproduzindo verdadeiros planos de desenvolvimento de suas economias. No entanto, conforme aponta, nos países subdesenvolvidos a realidade foi diversa da dos países analisados, uma vez que os chamados pseudoplanos tinham o condão de representar apenas uma “modernização simbólica”, para somente aparentar igualdade com países desenvolvidos.

Por fim, ao relatar a história do planejamento no Brasil, Miglioli chama a atenção para o fato de que sempre houve desconfiança em relação ao ato de planejar a economia, e foi somente a partir dos meados da década de 1950 que se pensou em implantar o programa de metas, e somente após o golpe militar em 1964 que o Brasil passou a desenvolver e trabalhar com as mais variadas modalidades de planos.

O livro resenhado possibilita reflexões relevantes para além dos elementos centrais do texto. Temas transversais como as coerências, os instrumentos diretos e indiretos, os objetivos de crescimento, desenvolvimento, redistribuição e estabilização estão, a nosso ver, na ordem do dia. Esses temas transversais tangenciam os capítulos e oferecem aberturas para outras temáticas atuais, tais como as políticas públicas, planejamento territorial, bem como as discussões sobre os grandes objetivos do planejamento, principalmente o desenvolvimento que nos permite articular a ideia de projeto ao desenvolvimento local, territorial e comunitário.

Recebido: 19 set. 2023.

Aprovado: 03 nov. 2023.

DOI: [10.3895/rbpd.v12n4.15774](https://doi.org/10.3895/rbpd.v12n4.15774)

Como citar: SOUZA, J. R. S.; LIMA, J. R. O. [Miglioli, Jorge](#). Introdução ao planejamento econômico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. **R. Bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 13, n. 01, p. 264-267, jan./abr. 2024. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

José Roberto Silva de Souza

Av. [Transnordestina](#), s/n - Feira de Santana, Novo Horizonte - BA

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons-Atribuição 4.0](#) Internacional.

